

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2018. MANDATO 2017-2021.

--- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo seu Presidente, Fernando Rodrigues Louro e pela 1ª Secretária - Liliana dos Santos Carapinha e 2ª Secretária - Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV). Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados municipais:

--- Júlio Manuel Fernandes Pratas, João Pedro Antunes Osório, Anabela Feliciano da Costa, Celestino Tomás Pereira Brasileiro e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (em representação da Junta de Freguesia de Alpiarça), eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV), Joaquim Luís Rosa do Céu, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Rodolfo Manuel Machacaz Colhe, Filipe Alexandre Gama Nunes, Carlos Alberto Dias Marques, Ana Margarida Vences Rosa do Céu e Ana Rita Monteiro Marques, eleitos pelo Partido Socialista-(PS) e Armindo Pinto Batata, eleito pelo MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT).

--- Verificou-se ainda a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal: Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, Vice-Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira, Vereador João Pedro Costa Arraiolos, eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária-(PCP/PEV) e Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Vereador António da Conceição Moreira, eleitos pelo Partido Socialista-(PS).

--- **A ORDEM DE TRABALHOS FOI A SEGUINTE:**

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.

Ponto 2 - Apreciação e votação do Projeto de alteração dos Estatutos e aumento do capital social da AR - Águas do Ribatejo, EM., S.A.

Ponto 3 - Apreciação e votação da Prestação de Contas relativa ao ano de 2017

Ponto 4 - Apreciação, discussão e votação do 13º Relatório Semestral do PSF - Plano de Saneamento Financeiro.

Ponto 5 - Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça

Ponto 6 - Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança

Ponto 7 - Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal, realizadas nos dias 30/11/2017 e 20/12/2017

Ponto 8 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.

--- **INÍCIO DOS TRABALHOS.**

--- O Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, deu início à sessão eram vinte horas e cinquenta e nove minutos, informando que estão ausentes nesta assembleia os senhores deputados municipais Abel Ferreira Melro Pedro e Maria Filomena Rúbio, tendo sido substituídos por Filipe Gama Nunes e por Rudolfo Colhe.

--- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO**

--- Não se registaram intervenções.

--- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

--- O Sr. Presidente da Mesa, deu início ao período antes da ordem do dia, avisando que terminou neste momento o prazo para a entrega de votos, propostas ou moções, passou a aceitar inscrições para intervenções neste período, tendo concedido a cada deputado municipal um período de quatro minutos, face ao número de deputados inscritos.

--- **INTERVENÇÕES:**

--- A Sr.ª Deputada Ana Marques perguntou se está a decorrer junto da população alguma ação de sensibilização para a limpeza de terrenos e se está a ser prestado algum tipo de apoio por parte da Câmara, da G.N.R. e dos Bombeiros à população mais idosa.

--- A Sr.ª Deputada Margarida do Céu disse que tinha três questões a colocar. Gostaria de saber quais os critérios que são usados sobre a iluminação pública, pois depara-se com zonas residenciais menos iluminadas que zonas não residenciais. Se existe alguma estratégia para o controle de trânsito na rua José Relvas e por último, se a câmara municipal tem autorização dos pais das crianças para publicar fotos de eventos com crianças que se conseguem identificar no Facebook.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito chamou a atenção para o estado lastimável em que se encontram algumas ruas de Alpiarça em termos de higiene, ervas nas bermas das ruas e passeios, caixotes do lixo sujos e degradados. Chamou a atenção para a não utilização do portão da Casa dos Patudos por parte dos visitantes, que não raras vezes saltam a sebe, que é muito baixa e fazem atalhos, em vez de entrarem pelo portão. Chamou a atenção para o não cumprimento da legislação em vigor, no recente parque infantil, nem no respetivo lago, do recentemente inaugurado jardim municipal, o que pode dar aso a atropelamento e até ao afogamento de crianças. Disse também que não viu lá nenhum bebedouro de água, que é obrigatório.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata, disse que foi contactado para enviar ao Sr. Presidente da Assembleia o seu discurso da tomada de posse em outubro passado, que o enviou de imediato e que até agora não viu qualquer discurso publicado, nem lhe foi dada qualquer justificação para a sua não publicação. Perguntou se havia alguma conclusão sobre a recomendação que foi aprovada nesta assembleia sobre o transporte de matérias perigosas na rua José Relvas, sobre a qual o Sr. Presidente da Câmara disse na última assembleia que o assunto estava a ser estudado no âmbito da CIMLT. Perguntou também se havia alguma conclusão sobre a recomendação relacionada com o Salão de Festas dos Bombeiros e da SFA 1.º de Dezembro, que segundo o Sr. Presidente da Câmara estaria no Gabinete Jurídico da Câmara para análise. Perguntou se já estaria concluído e pronto a consultar o Relatório de Diagnóstico conducente à elaboração do Plano Estratégico de Valorização Turística para o Município de Alpiarça. Perguntou se já tinha sido recebido resposta do Jardim Botânico ao nosso requerimento sobre as árvores. Manifestou também a sua satisfação pelo despacho de arquivamento da sua denúncia feita sobre os contratos de adjudicação de serviços à AgroAlpiarça. Quanto ao Jardim Municipal manifestou a sua completa discordância com a arquitetura do edifício que vai ser concessionado como Bar, devido à sua orientação solar e à sua área envidraçada, que aumentará em demasia os ganhos térmicos do edifício.

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro destacou a inauguração oficial da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça com a presença do Sr. Secretário de Estado-Adjunto e da Saúde, Dr. Fernando Araújo e que é uma mais valia para os nossos munícipes e para os utentes daquela Unidade, uma vez que Alpiarça tem todos os seus habitantes cobertos

com médico de família. Destacou também ao nível da Cultura, o Ciclo de Exposições “Gestes da Nossa Terra” que são exposições de artes plásticas de vários artistas da nossa terra e ainda o Ciclo de Cinema, em que todas as últimas sextas-feiras de cada mês há cinema de qualidade no Auditório Mário Feliciano, com entradas livres e contando com o apoio do Cineclube de Santarém.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu perguntou se o muro que confina com a Praça do Município, está dedicado à liberdade de expressão. Sim ou não.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas disse que gostaria de reforçar uma parte da intervenção da Sr. Deputada Margarida do Céu, no que diz respeito ao trânsito na Rua José Relvas e de uma parte da intervenção do Sr. Deputado Armindo Batata, no que diz respeito ao transporte de matérias perigosas na mesma via. Quanto ao lixo em Alpiarça, disse que o assunto é recorrente nesta Assembleia e que seria bom que todos os eleitos e até não eleitos das várias forças políticas passassem a ter uma atitude pedagógica, sobre a deposição de lixo nos contentores, para que depois não houvessem aqui tantas queixas sobre caixotes do lixo sujos, partidos e sem tampas. Desdramatizou a intervenção da Sr.ª Deputada Graciete de Brito sobre o parque infantil e o lago do Jardim Municipal, no que diz respeito a atropelamentos e afogamentos de crianças, incentivando porém a câmara municipal a colocar o Jardim em conformidade com a lei. Manifestou o seu agrado pelo destaque e a dignidade que finalmente foi dado ao Monumento a José Relvas, que esteve durante anos e anos ignorada no Jardim Municipal.

--- O Sr. Deputado João Osório felicitou o Executivo pelo lugar ocupado neste momento pelo Município de Alpiarça, em termos de Índice de Transparência Municipal, pois aparece destacado entre os melhores do país e que ao longo dos anos tem vindo a melhorar a sua posição, ocupando neste momento o quarto lugar entre os onze municípios da Lezíria do Tejo, o que contradiz algumas vozes que acusam o município de Alpiarça de falta de transparência. Sobre o Jardim Municipal, e na continuidade daquilo que foi dito pelo seu colega de bancada Júlio Pratas, disse que todos sabem que o Jardim que foi inaugurado é uma ampliação e uma remodelação do existente, em que foi aproveitado o que podia ser aproveitado, que é um Jardim ao estilo de outros jardins mais modernos que se têm vindo a fazer por esse país fora, é falso que seja um jardim à moda do Leste. É sim um jardim bonito, onde se veem pessoas e sobretudo crianças que

antes não frequentavam o jardim e espera que o espaço de Bar venha a ser concessionado para que mais vida venha a ser dada ao espaço.

--- O Sr. Deputado Carlos Marques, chamou a atenção para a falta de sinalização na rotunda do Monumento Salgueiro Maia e para os sumidouros entupidos com folhas de árvores junto das piscinas, que devido a chuva intensa formam ali lençóis de água que podem provocar acidentes. Perguntou se os rails na EN 118 já estavam prontos e se levavam proteções em baixo por causa dos motociclistas. Propôs a retirada da rama dos eucaliptos que foram cortados junto à entrada do Parque de Campismo, que já ali se encontra há bastante tempo

--- O Sr. Presidente da Câmara passou a responder às várias questões colocadas, deixando algumas questões para serem respondidas pelo Sr. Vereador Carlos Jorge.

--- Relativamente à questão colocada pela Sr.^a Deputada Ana Marques disse que numa primeira fase houve um processo de sensibilização para a necessidade de limpeza dos terrenos contíguos ao espaço urbano, verificando-se um conjunto de ações e desde logo a disponibilização da GNR para se deslocar com meios humanos e materiais ao terreno e contactarem as populações, havendo também informação veiculada pelos meios próprios da autarquia. Disse que o concelho de Alpiarça é dos concelhos com menos área florestal e que revela menos risco de incêndios e que mercê também da limpeza feita pelos proprietários está convencido que a Câmara não terá muitas situações para a intervenção direta do município em substituição dos proprietários, embora o processo seja contínuo e o mato depois de cortado voltará a crescer. Disse ainda que a lei prevê que a câmara se substitua aos proprietários incumpridores, imputando-lhes depois os respetivos custos e que sejam levantados os respetivos autos de contra-ordenação por parte da GNR. Lamentou que o Estado tenha abandonado a Floresta durante décadas e que agora de repente, coloque às costas dos municípios tão grande responsabilidade.

--- Sobre a questão colocada pela Sr.^a Deputada Margarida do Céu sobre a iluminação pública, disse que é um assunto recorrente e que já aqui foi explicado mais do que uma vez e que a localização alternada das luminárias acesas e apagadas é objeto de um plano acordado com a EDP. O que acontece algumas vezes é que há lâmpadas que se fundem tornando os espaços às escuras maiores que o habitual, mas que a câmara logo que tem conhecimento dá conhecimento à EDP, para a sua substituição. Relativamente ao

controle de velocidade na EN 118, disse que não houve qualquer alteração relativamente à sinalização semafórica existente e que a colocação de lombas limitadoras de velocidade nessa artéria está fora de questão. Mais disse que pode vir a ser analisada e avaliada a colocação de mais sinalização para o controle de velocidade. Sobre a autorização dos encarregados de educação para colocar fotografias das crianças no Facebook do município, ela é pedida aquando da inscrição nos OTL e nas Férias Desportivas, noutros eventos geralmente procura-se colocar fotos de forma que não seja fácil identificar as crianças, com planos mais afastados ou de costas.

--- Relativamente às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Graciete de Brito, sobre a higiene e limpeza das ruas de Alpiarça, disse que tem perfeita consciência do estado das ruas de Alpiarça e que se há temas que o preocupem, esse é um deles. Disse ainda que é um assunto recorrente e que já se explicou aqui várias vezes como é feita a limpeza e a recolha do lixo por isso não tece mais considerações. Relativamente à sebe e ao portão da Casa dos Patudos, disse que de facto há pessoas que fazem atalhos, mas que o que se ganhou do ponto de vista estético compensa esses pequenos abusos. Relativamente ao jardim municipal disse que o projeto foi encomendado no sentido de serem salvaguardados todos os aspetos legais, no entanto como já foi feita uma intervenção semelhante em reunião de câmara, sobre o assunto, o executivo vai procurar averiguar e mandar corrigir eventuais falhas caso isso seja necessário. Mais disse que o que é certo é que neste momento o jardim municipal tem mais do dobro da área que tinha anteriormente à intervenção, mas os limites para as ruas José Relvas e Queirós Vaz Guedes mantêm-se, a não ser que anteriormente os equipamentos do jardim já estivessem ilegais. Disse que acidentes podem sempre acontecer, mas apelou a que não se fizessem dramas assentes em hipóteses.

--- Sobre as questões colocadas pelo Sr. Deputado Armindo Batata, disse que deixava o tema do Plano de Valorização Turística para o Sr. Vereador Carlos Pereira, sobre a queixa apresentada pelo senhor deputado em relação à adjudicação de vários serviços à Cooperativa Agroalpiarça, disse que o mesmo tinha obtido explicações suficientes do Sr. Vereador João Arraiolos e que mesmo assim tinha partido para a efetivação de uma denúncia, que acabou arquivada e outra coisa não se esperaria. Sobre as condições térmicas que fez sobre o edifício do futuro bar/esplanada do jardim municipal, disse que

todos os edifícios com grandes áreas envidraçadas têm algumas limitações, mas está convencido que a esplanada virá colmatar parte da incidência do sol sobre as vidraças e que o ar condicionado ajudará a resolver o problema. Sobre este bar/esplanada disse que o executivo está a ultimar uma proposta de arrendamento do espaço e que em breve será levada a reunião de câmara para aprovação, esperando que haja interessados e que abra e que fique à disposição da nossa população.

--- Sobre a questão colocada pelo Sr. Deputado Joaquim do Céu, sugeriu que o deputado colocasse uma questão concreta a seguir e que teria todo o gosto em discuti-la, não deixando de dizer que estamos todos abertos à liberdade de expressão, bem como todos os espaços do município.

--- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Júlio Pratas, concordou que há algum défice de sensibilização para as questões de limpeza e o município terá de continuar a sensibilizar a população para a boa utilização dos contentores do lixo e para as boas práticas da reciclagem de resíduos.

--- Sobre a intervenção do Sr. Deputado João Osório e sobre o Índice de Transparência Municipal, disse deixar uma menção ao trabalho que tem sido desenvolvido a este nível, nomeadamente pelo Gabinete de Comunicação que se debruçou sobre esta matéria e que recolheu junto do executivo e dos serviços, a informação considerada relevante, que procurou disponibilizar nos locais próprios e que acabou por posicionar o município de Alpiarça numa excelente posição do ranking do ITM.

--- Sobre a questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Marques sobre os rails, disse pensar que se refere aos rails da EN 118 junto às pinheiras, na chamada reta da Gouxá. Acrescentou que não sabe se o trabalho está concluído pois não contactou a entidade interveniente nos trabalhos, que sendo uma estrada nacional são como se sabe da responsabilidade de uma entidade estatal.

--- O Sr. Vereador Carlos Jorge, passou a responder a algumas das questões colocadas.

--- Relativamente à questão sobre o Plano de Valorização Turística colocada pelo Sr. Deputado Armindo Batata, disse que tal como foi dito, o plano atrasou porque a câmara também se atrasou no pagamento, agora que o pagamento está regularizado, a empresa continua a trabalhar no plano e logo que esteja concluído será dada informação dessa conclusão. Quanto às árvores, disse que já solicitou a duas instituições parecer sobre as

árvores, que as instituições responderam, mas que os pareceres não são conclusivos. Houve ainda o envio dos frutos, flores e folhas que uma das instituições nos solicitou e neste momento ainda aguardamos a conclusão de um parecer.

--- Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Carlos Marques disse que anotou todas as suas preocupações, que as irá discutir com os serviços e que fará chegar as conclusões ao deputado através do Sr. Presidente da Assembleia. Relativamente ao baixo junto às piscinas, disse que é de facto uma lacuna mas que não é por falta de limpeza, pois o local é limpo frequentemente, o que se passa ali é que as raízes das árvores já se infiltraram nas condutas e estas estão entupidas levando a que se juntem ali águas das chuvas quando há maior pluviosidade.

--- Sobre o bebedouro de água no Jardim, disse que está junto ao Posto de Turismo e que é bem visível.

--- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu uma segunda ronda intervenções aos senhores deputados, para esclarecimento pontual de alguma questão.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito disse que não teceu quaisquer considerações ao Jardim do ponto de vista estético, nem da área. Disse sim que o parque infantil tal como está, está ilegal e que basta ir à Lei para vermos que ponto por ponto há ali falhas e situações que precisam de ser revistas. Quanto ao bebedouro disse que ele tem de estar junto ao parque infantil, está na Lei. Sobre o lago disse que o mesmo também está ilegal, porque deve ter uma vedação, porque uma criança pequena pode afogar-se num palmo de água. A deputada finalizou dizendo que basta que se apresente uma queixa e logo se irá ver se tem razão ou não naquilo que diz.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata disse que não lhe foi respondida a questão sobre as recomendações que fez ao executivo. Relativamente ao bar/esplanada discordou da utilização intensiva do ar condicionado como parte da solução para as grandes áreas envidraçadas. Disse ainda que na última assembleia quando foi aprovada a opção pelo Sistema de Gestão não Integrada na recolha de lixos, o Sr. Presidente da Câmara prometeu que iria explicar isso à população e até agora ainda não viu essa explicação ser dada.

--- O Sr. Deputado Rosa do Céu disse que a sua questão foi bastante específica e foi feita relativamente ao muro na rua José Relvas e confinante com os Paços do Município e

como tal gostaria que a resposta do Sr. Presidente da Câmara também fosse concreta. Sobre a iluminação pública, disse que a pergunta que aqui foi colocada foi sobre o critério que é utilizado nessa iluminação sobre o facto de haverem zonas residenciais às escuras e zonas não residenciais bem iluminadas.

--- O Sr. Deputado Carlos Marques disse que a resposta sobre a recolha da rama dos eucaliptos à entrada do parque de campismo não lhe foi dada.

--- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo deixou a pergunta, aos eleitos que cá estavam na altura, se a Sr.^a Deputada Graciete de Brito durante os doze anos de gestão socialista, alguma vez ameaçou fazer uma denuncia em relação ao Parque D. Dion e ao lago que lá está, pois que se saiba aquele Parque já existia até antes da gestão socialista e nunca esteve vedado.

--- A Sr.^a Deputada Graciete de Brito em defesa da honra disse que queria informar a Sr.^a deputada Fernanda Cardigo que quando fez parte do elenco da Junta de Freguesia construíram alguns parques infantis e que tiveram o cuidado de seguir a legislação vigente e que alguns deles ainda existem e estão vedados e outros não estarão, mas que a legislação a que se referiu hoje é uma legislação recente que é de 2015.

--- A Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo em resposta a esta intervenção, concordou que há uma nova legislação de 2015, mas que a legislação sobre as vedações é uma legislação mais antiga e que antes de 2015 já qualquer criança se podia afogar num lago de jardim.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas fez uma interpelação à Mesa dizendo que gostaria de saber qual a ofensa que foi feita à Sr.^a Deputada Graciete de Brito, pois considera que não deveria ter havido lugar à defesa da honra.

--- O Sr. Presidente da Câmara procurou responder às questões formuladas disse que em tese considera completamente legítima a preocupação com o parque infantil e com o lago do jardim municipal, mas sabemos que há uma intenção de criar aqui algum dramatismo à volta jardim. Disse que o projeto e a obra foram adjudicados no sentido de tudo ser executado de acordo com a legislação em vigor, mas de qualquer maneira vamos analisar a obra e ultrapassar eventuais irregularidades, até porque em reunião de câmara os senhores vereadores já tiveram oportunidade de falar sobre o assunto e que preocupações com atropelamento ou afogamento de crianças, não terão mais das que tem o executivo e compreende a intervenção da Sr.^a Deputada Fernanda Cardigo.

--- Sobre as questões colocadas pelo Sr. Deputado Armindo Batata disse que não tinha novidade nenhuma para dar sobre as recomendações que fez ao executivo. Em relação às questões térmicas do edifício do bar/esplanada do jardim, disse que quer as paredes sejam em betão ou em vidro, nos dias mais quentes ou mais frios terá de haver sempre o recurso à climatização, sendo expectável que no Verão haja uma maior utilização da esplanada e considerando que o espaço adequa-se a isso mesmo. Quanto à explicação à população da opção pela Gestão não Integrada da recolha de lixo, disse que ainda não sentiu que isso fosse um problema que estivesse na atualidade, mas concordou que essa explicação terá de ser feita, mas não há aqui nenhum dado novo, porque são quatro municípios em seis, que mantêm exatamente a mesma gestão que estava a ser feita, sendo que o município de Alpiarça é um dos quatro.

--- Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Joaquim do Céu, disse que sabia onde é que o senhor deputado queria chegar e que são exatamente as inscrições que foram feitas no muro de sustentação da Praça do Município e já foi confrontado com essa situação numa reunião de câmara e o que disse lá repete-o aqui. Frisou que se fosse ele a tomar a iniciativa não faria as inscrições naquele sítio, mas que não é ele que está na cabeça e na decisão das pessoas que fizeram aquilo e que lhe custa muito criminalizar os nossos concidadãos mais jovens que fizeram as inscrições. Mais disse que estão a avaliar o tipo de intervenção que a câmara municipal pode ter. Disse que ao contrário do que aconteceu quando o senhor deputado era presidente desta câmara, a ele não o verão a retirar propaganda política, nem a policiar os jovens alpiarcenses que querem fazer política. Mas está a analisar-se o que a câmara terá de fazer sem entrar no campo da arbitrariedade e se a câmara tiver de fazer alguma coisa, fá-lo-á. Em relação ao critério da iluminação pública, é o critério da iluminação alternada, havendo algumas exceções como são a Barragem dos Patudos e o Parque do Carril.

--- Sobre a questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Marques, relativamente à rama de eucalipto que está à entrada do parque de campismo, disse que o espaço faz parte da Quinta dos Patudos, que houve um corte de eucaliptos depois de uma hasta pública e é uma questão que terá de se ver se foi salvaguardada a questão dos sobrantes e a quem tem de se imputar essa responsabilidade.

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

--- **PONTO 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação sucinta da informação, dando destaque à presença do município na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, o ciclo de exposições de artes plásticas “Gentes da Nossa Terra”, as comemorações do Dia Internacional da Mulher, comemorações do 69.º Aniversário dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, um conjunto de apresentações de livros e outras atividades variadas na biblioteca municipal, as comemorações do Dia do Concelho, o Dia Mundial da Poesia, o Dia Mundial do Livro e simultaneamente dia de Aniversário da nossa Biblioteca Municipal, as comemorações do 25 de Abril, o Encontro de Desporto Sénior +Lezíria, o Encontro Nacional de Vespas, o Encontro Inter-regional de Escolas de Ciclismo, a Taça Mestre Carlos Dias de Karaté, o FIFCA – Festival Internacional de Folclore Culturas e Artes 2018, a inauguração do Jardim Municipal, a inauguração oficial da nova Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça, a reunião com o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, a visita da Sr. Secretária de Estado da Administração Interna, ao atual Posto da GNR e ao terreno para possível futura construção do novo Posto da GNR.

--- A Sr.ª Deputada Graciete de Brito de Brito perguntou se há alguma informação sobre a expansão de gás natural, uma vez que se verificam obras de colocação das condutas principais nas ruas de Alpiarça, mas que depois não parece haver a sua ligação às casas.

--- O Sr. Deputado João Osório disse que nós recebemos este documento sobre a atividade mais relevante deste município nestes dois meses e que alguns profetas da desgraça dizem que nesta terra nada se faz, sugeriu que a câmara colocasse esta informação nas plataformas da Internet para as pessoas saberem o que de facto se faz, porque nas redes sociais o que se escreve é que Alpiarça está a definhar, está a morrer. Disse que não iria elogiar o executivo, porque é este que ele defende, é este que ele tem ajudado a ir mais longe e melhor, sem deixar dívidas.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata disse que, olhando para uma das informações do documento que se refere à construção de passeios, lhe veio à memória que Alpiarça é agressiva com os peões, pela inexistência de passeios ou passeios mal feitos e que era

bom olharem para a legislação e que se preocupassem com as pessoas idosas, com mobilidade reduzida e para quem tem de empurrar carrinhos de bebés.

--- O Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão da Sr.^a Deputada Graciete de Brito sobre a expansão da rede de gás natural, informou que houve uma reunião com a Tágus Gás que teve como objetivo falar da expansão da Zona Industrial e também foi abordado o critério que a empresa usa na distribuição de gás natural pelo concelho. O critério é a racionalidade económica da própria empresa, estender-se no território de modo a captar novos clientes. Considerou que os potenciais clientes agrupando-se por ruas devem manifestar o desejo de aderirem ao gás natural, junto da empresa ou então fazerem chegar o pedido à câmara municipal que o reencaminhará.

--- O Sr. Presidente da Câmara concordou com a intervenção do Sr. Deputado João Osório, não deixando de frisar que o levar a cabo destas atividades, quer diretamente pela câmara ou pela junta de freguesia, quer colaborando com as coletividades, absorvem grande parte da massa operária e auxiliar disponível, que já é pouca e que depois sai prejudicada a execução de uma série de outras tarefas que são igualmente da responsabilidade do município.

--- Quanto aos passeios da vila, opinou que é um trabalho que nunca estará concluído, que é fácil aplicar a legislação em novos arruamentos, mas que em ruas existentes e muitas vezes bastante estreitas, não é fácil conseguir conciliar o trânsito automóvel com a existência de passeios menos agressivos para os peões.

--- O ponto foi dado como concluído.

--- **PONTO 2 - Apreciação e votação do Projeto de alteração dos Estatutos e aumento do capital social da AR - Águas do Ribatejo, EM., S.A.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta que foi enviada aos senhores deputados.

--- Não se verificaram outras intervenções.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.

--- **PONTO 3 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Relativa ao ano de 2017**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da Prestação de Contas, informando que a mesma inclui também um relatório das principais atividades desenvolvidas pela Câmara que foi aprovada em reunião da câmara municipal. Informou que a Execução Orçamental está muito próxima dos 80%. Informou que em relação à evolução do endividamento, o mesmo tem vindo a diminuir e há uma situação que nos coloca fora do limite máximo do endividamento municipal, deixando ao Sr. Vereador João Arraiolos a continuação da apresentação deste ponto.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos no uso da palavra disse que em relação às Contas de 2017 se trata de um documento contabilístico de acordo com a Lei das Finanças Locais. Destacou que a atividade do município foi marcada também pela continuação da consolidação financeira, que de qualquer das formas não impede que se mantenha a melhoria do funcionamento de toda a estrutura e modernização dos serviços e um conjunto de reforços dos mecanismos de controle, direção e planeamento que são fundamentais na implementação das medidas da política municipal e prestação do serviço público. Disse que com base no PARU – Plano de Regeneração Urbana aprovado em 2016, foi em 2017 que se iniciou a ampliação e revitalização do Jardim Municipal e que foi em 2017 que foi lançada e aprovada a candidatura para a revitalização e requalificação do Mercado Municipal e que foi também em 2017 que foi apresentada a candidatura para a revitalização energética das infraestruturas públicas de administração local, que prevê a substituição de todas as luminárias do concelho. Disse que os aspetos mais significativos desta prestação de contas, são a diminuição global da dívida em cerca de 5 milhões de euros, tendo em conta a grave situação de desequilíbrio estrutural verificado em 2009. Em termos de promoção de atividades culturais e sócio-económicas destacou o Carnaval, o Festival do Melão, a Alpiagra, os meses temáticos como são o Mês da Arte e o Mês do Teatro e a elevada dinâmica da atividade da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça. Destacou a atribuição das bolsas de estudo para estudantes do ensino superior. Na questão da Educação o assegurar das refeições e dos transportes escolares, mas principalmente a prestação de auxílios económicos escolares no 1.º ciclo, em quase o dobro, para além do que está definido e ainda o desenvolvimento de atividades fora das atividades curriculares, épocas e horários letivos, foram formas importantes de apoio social. Em termos desportivos a dinamização e apoio a eventos e a

própria dinamização por parte do município, a utilização constantes das infraestruturas desportivas e o desenvolvimento de atividades físicas para crianças e seniores. Do ponto de vista financeiro destacou que houve um esforço grande para o que está definido no Plano de Saneamento Financeiro, em que as dívidas de médio e longo prazos baixaram mais de um 1,3 milhões de euros, e embora tivesse havido um aumento da dívida de curto prazo e que a diminuição total da dívida foi de 729.000 euros. Disse ainda que no Relatório estão descritas ao pormenor as atividades mais importantes dos vários serviços e que em caso de dúvida poderá esclarecer.

--- O Sr. Deputado Filipe Nunes disse que já que se falou de transparência, as dificuldades de Tesouraria são evidentes pela documentação que podemos consultar e elas sufocam completamente toda a estrutura de consolidação orçamental assim como retira poder negocial à câmara junto da Banca. Disse que gostaria de saber como é que a Câmara pretende resolver essa situação. Disse ainda que outra coisa que se verifica é o desequilíbrio que existe entre pagamentos e recebimentos, verificando-se aqui algumas fragilidades. Existe um peso de responsabilidades financeiras imediatas ao qual a câmara não consegue responder, ou fá-lo com recurso a financiamentos de curto prazo. Perguntou como é que se irá fazer a consolidação do crédito. Finalizou perguntando como é que estão a pensar resolver a falta de estabilidade da liquidez, e como pensam cumprir um programa apresentado em Outubro e apresentar um plano estratégico de desenvolvimento local com toda esta falta de rentabilidade na tesouraria.

--- O Sr. Deputado Armindo Batata disse que não tem a terminologia nem os conhecimentos para interpretar esta prestação de contas e gostaria de o fazer com base no Relatório da Auditoria que lhe foi enviado apenas no Domingo, véspera desta assembleia e que não o conseguiu abrir no telemóvel. O deputado reconheceu a sua incapacidade para lidar com todo este monte de papéis e que os meteu debaixo do braço e deu uma volta pela vila, tendo a sensação que há muito por fazer. Disse constatar que do muito que se pretende fazer, há que esperar pelas ajudas comunitárias, onde o município só pagará uma pequena parte dos investimentos. Reconheceu pouca vantagem para Alpiarça o aumento do número de visitantes ao Museu dos Patudos e à Reserva do Cavalo do Sorraia.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu relativamente à Prestação de Contas, chamou a

atenção para o mapa dos empréstimos a médio e a longo prazo e que era interessante verificar os empréstimos a médio e longo prazo contraídos entre Maio de 1998 e agora os últimos e verificar também nesse mapa o montante global contraído entre 1998 e 2009 e depois disso e comparar também as amortizações que foram cumpridas. Opinou que a Prestação de Contas reflète o que foi o Exercício e tem de comparar com o Orçamento inicial e não com o que foi revisto e se compararmos com o inicial verificamos uma diferença enorme entre aquilo que foi orçamentado e o que foi efetivamente cobrado, nomeadamente no domínio das receitas que diretamente respeitam à atividade do município. Disse que costuma comparar-se a atualidade com o ano de 2009, que foi o último ano de gestão socialista, daí que chame a atenção para a diferença de mais de 2 milhões de euros entre o que foi cobrado em 2009 e o que foi cobrado em 2017. Disse que fica claro que esta quebra de receita condiciona as capacidades de amortização e as capacidades de realização e que é evidente a grande dependência do município de Alpiarça do Orçamento do Estado. Esta dependência é bem visível no mapa das despesas de capital e que também é possível comparar os últimos oito anos, havendo diferenças nítidas nos valores por habitante e por km², que se refletem no quotidiano de todos nós, e no modo como nós olhamos para os de fora e como os de fora olham para nós. Disse que se verifica uma incapacidade total de conseguir uma evolução positiva do lado das receitas, e também porque não devia haver uma obsessão total e quotidiana pelo cumprimento da dívida.

--- O Sr. Deputado João Osório disse que em relação à transparência, só tinha a dizer que hoje conseguimos discutir o município de Alpiarça na sua integridade, antigamente não se conseguia, porque não havia transparência e alguém que está nesta sala, quando ele uma vez, em 2005, enquanto deputado municipal, questionou o executivo e pôs em causa o excesso do endividamento do município, além de não lhe darem qualquer explicação, responderam-lhe que se ele achava que não estava bem e que tinha razão, que apresentasse queixa e hoje estamos a pagar os erros dessa altura, dessa gestão. Deixou no ar a pergunta sobre o que é que o município de Alpiarça poderia fazer se não tivesse de pagar anualmente 700.000 euros à banca e tivesse ainda anualmente 1 milhão de euros proveniente de endividamento. Finalizou dizendo “ nós somos especialistas em fazer muito com muito pouco”, daí que haja muita atividade com poucos gastos e ainda

por cima consigamos amortizar a dívida.

--- O Sr. Presidente da Câmara disse que iria de seguida dar a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos, não poderia no entanto deixar de responder ao Sr. Deputado Joaquim do Céu, que não é correto que se diga que há uma diferença de mais de 2 milhões de euros entre o que foi cobrado em 2009 e o que foi cobrado em 2017, porque em 2009 houve a contração de um empréstimo 1,854 milhões de euros para regularização de dívida de curto prazo, o chamado PRED, que por sinal começou a ser pago já com maioria CDU, porque se o valor desse empréstimo for subtraído à receita, o valor obtido é muito semelhante ao valor da receita obtida em 2017. Argumentou se formos ao ano de 2011 o município de Alpiarça obteve uma receita de 13,771 milhões de euros, porque houve a contração de um empréstimo para pagar dívidas a fornecedores deixadas pelo executivo PS, o que também poderia configurar uma grande dinâmica na obtenção de receitas que não corresponde à realidade. Frisou que “não temos nenhuma obsessão pelo pagamento da dívida”, há é um Plano de Saneamento Financeiro que temos de cumprir e também saiu legislação muito rígida e um regime sancionatório grave para quem não cumprir com os limites da dívida municipal, que antes de 2009 não existia.

--- Sobre a intervenção do Sr. Deputado Filipe Nunes, concordou que nunca se escondeu e sempre se disse que as dificuldades de Tesouraria são evidentes e condicionam a atividade municipal, não só no que toca à gestão corrente, mas também no que toca a investimentos, realização de obras de maior vulto e gestão da dívida e claro que retiram poder negocial à câmara junto dos bancos. Disse ainda que não é segredo nenhum que a câmara recorre a financiamentos de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, são empréstimos de curto prazo que não contam para o endividamento global, porque terão de ser pagos até final do ano a que respeitam. Finalizou dizendo concordar que a falta de liquidez torna difícil executar os programas eleitorais na íntegra e como o desejariam.

--- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Armindo Batata, disse que o Relatório da Auditoria só pode ser enviado após a realização da reunião de câmara, que aconteceu na última sexta-feira e que informou até há bem pouco tempo, até esta nova Lei das Finanças locais não havia a obrigatoriedade de ter Revisor Oficial de Contas e que agora é obrigatório e custa dinheiro. Quanto à necessidade de ajudas comunitárias para que se

façam as grandes obras e mais investimentos, disse que é uma realidade, e muito mais poderá vir a ser feito logo que a câmara possa voltar a recorrer a empréstimos de longo prazo, com taxas de juro tão apetecíveis como estão agora.

--- O Sr. Vereador João Arraiolos relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado disse que as contas são claras, são percetíveis, que nunca se escondeu nem ignorou que há dificuldades de tesouraria, que o serviço da dívida é muito elevado tendo em conta a capacidade do próprio município, mas a verdade é que houve uma diminuição da dívida em cerca de 2.000 euros por dia. Quanto às estratégias para inverter esta falta de liquidez, disse que claramente as têm vindo a tomar, felizmente que as últimas Leis do Orçamento de Estado têm deixado em aberto algumas oportunidades que tentaremos aproveitar para resolver o problema de falta de liquidez, uma realidade que nunca foi escamoteada e que ainda durante o ano corrente será encontrada uma solução, tendo em conta os meios legais que temos à nossa disposição. Sobre a intervenção do Sr. Deputado Armindo Batata disse que o Sr. Presidente já tinha respondido. Sobre a intervenção do Sr. Deputado Joaquim do Céu, frisou que em 2008 já estávamos em situação de rutura financeira e há um relatório da DGAL que aponta claramente nesse sentido. Disse que em 2009 houve a contração de um empréstimo para regularização de dívida de curto prazo, que fez com que a receita nesse ano fosse de mais de 8 milhões de euros, mas que depois foi deixada uma dívida a fornecedores a curto prazo de mais de 6 milhões de euros, que foi paga já pelo executivo de maioria CDU, ao abrigo de um Plano de Saneamento Financeiro que tem vindo a ser cumprido. Sublinhou que o único aumento de receita que houve no município de Alpiarça ao longo dos anos foi por via da contração de empréstimos e de alienação de património. Quanto à capacidade de execução frisou que se tivéssemos anualmente 1 milhão de euros de receita proveniente de endividamento e não tivéssemos de uma despesa média anual de 700.000 euros à banca, seria tudo bastante fácil e haveria muita obra feita.

--- O Sr. Presidente da Câmara disse ainda que há um indicador positivo que deriva da atividade do município, que é o aumento de receita da Derrama e o próprio IMT que também deu um sinal positivo.

--- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu uma segunda ronda de intervenções.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu disse que o mapa de empréstimos é claro e que se

saiba, os empréstimos foram todos devidamente amortizados e os juros foram pagos, nenhum empréstimo foi negado pelo Tribunal de Contas e que todos foram legais. Disse ainda que o importante é percebermos onde foram aplicadas as receitas de capital. Finalizou dizendo que ainda bem que há empresas instaladas no concelho e que em velocidade de cruzeiro essas empresas conseguem pagar impostos.

--- O Sr. Presidente da Câmara disse que nunca pôs em causa a legalidade dos empréstimos ou o seu cumprimento no passado, porque se não tivessem amortizado os empréstimos os bancos encarregar-se-iam de cativar as transferências do FEF. O que aconteceu é que os municípios foram submetidos a uma enorme pressão para executar sobretudo verbas de Fundos Comunitários, não só pelas próprias populações, como pela banca e pelos governos centrais, que depois viria a criar enormes problemas ao país. O que é certo é que essa pressão conduziu a esta escalada na despesa sobretudo no financiamento bancário, porque havia taxas apetecíveis de comparticipação dos fundos comunitários e depois era fácil ir ao banco pedir o remanescente, o que se traduziu num conjunto de investimentos e como se sabe alguns são questionáveis, quanto à sua oportunidade e necessidade. Disse que na atualidade é impossível exigir níveis de investimento que todos sabemos que não são possíveis, porque não é possível conciliar em grande medida, o serviço da dívida com grandes investimentos e tem sido esse o grande debate que tem acontecido aqui nesta assembleia, porque alguns fazem a parte que não percebem que se o dinheiro vai para amortizar dívidas, não pode ir para investimento e tentam criar um mundo ilusório, no passado e no presente, em que antes da gestão CDU, a gestão PS fazia tudo e que agora com a gestão CDU, não se faz nada. Finalizou dizendo que quer queiram quer não as taxas de execução orçamental são muito superiores ao que era prática na gestão PS, o que significa que os orçamentos atuais são muito mais realistas.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor, da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), sete votos contra da bancada do Partido Socialista-(PS) e um voto contra da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT). O Sr. Presidente da Assembleia fez uso do seu voto de qualidade.

--- **PONTO 4 - Apreciação, discussão e votação do 13º Relatório Semestral do PSF -**

Plano de Saneamento Financeiro.

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação deste Relatório que foi enviado aos senhores deputados.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

--- VOTAÇÃO DO PONTO:

--- O ponto foi aprovado por maioria com a seguinte votação: oito votos a favor da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), uma abstenção da bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e sete abstenções da bancada do Partido Socialista-(PS).

--- INTERVALO.

--- PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs à consideração do Plenário a continuação dos trabalhos, tendo a sua continuação sido aprovada por unanimidade.

--- PONTO 5 - Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça.

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que este Regimento foi trabalhado pelos representantes de todas as bancadas, e embora ninguém se reveja totalmente no documento, obteve-se o consenso possível.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu corroborou as palavras do Sr. Presidente da Assembleia e disse que registava com agrado a colaboração prestada pelo mesmo, como representante de uma das bancadas, mesmo não estando mandatado nesse sentido.

--- VOTAÇÃO DO PONTO:

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.

--- Ponto 6 - Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

--- Intervenções:

--- O Sr. Presidente da Assembleia fez a apresentação deste ponto, informando que este regulamento vai ser aprovado provisoriamente nesta assembleia e volta a uma reunião do do Conselho Municipal de Segurança, que dará um Parecer sobre o regulamento

que foi aqui aprovado e voltará novamente a esta assembleia acompanhado desses pareceres para ser aprovado em definitivo.

--- Não se registando mais intervenções o ponto foi posto à votação.

VOTAÇÃO DO PONTO:

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.

--- **Ponto 7 - Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal, realizadas nos dias 30/11/2017 e 20/12/2017**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia pôs a redação das atas à discussão.

--- Os senhores Deputados Joaquim do Céu, Graciete de Brito, Margarida Céu, Carlos Marques e Armindo Batata sugeriram alterações pontuais às atas das quais a Mesa tomou a devida nota.

--- **VOTAÇÃO DO PONTO:**

--- Ambas as atas foram aprovadas por unanimidade, com as alterações sugeridas.

--- **Ponto 8 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.**

--- **Intervenções:**

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que há duas recomendações apresentadas pela bancada do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT), dois Votos de Pesar, uma Saudação e uma Moção apresentadas pela bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV).

--- O Sr. Deputado Armindo Batata fez a leitura e apresentação de uma recomendação à Câmara Municipal de Alpiarça.

“RECOMENDAÇÃO N.º 1/2018

Recomendação à Câmara Municipal de Alpiarça, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art.º. 59º e do nº 2 do Art. 20º do Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça

Todos nos preocupamos com as baixas reformas com que muitos dos nossos concidadãos têm que viver. Frequentemente nos apercebemos das conversas na farmácia, do tipo "qual destes é mais preciso?". Pois, a reforma não dá para os dois, ou então corta-se na alimentação.

Há duas formas de "aumentar" o valor da reforma: ou se aumenta o que se recebe ou

se reduz o que se gasta em medicamentos. A primeira solução não depende, infelizmente, da Câmara Municipal de Alpiarça. Mas a segunda pode depender.

A ANMP, assinou em 22 de Janeiro último, com a Associação Dignidade, um protocolo de cooperação na execução do Programa *abem*. O programa *abem*, pretende evitar que as pessoas tenham de escolher entre comer e comprar medicamentos, salvaguardando sempre a dignidade da pessoa. De facto, no avio dos medicamentos, só o farmacêutico se apercebe da situação de carência do doente/cliente.

Cerca de 60 Municípios (23/3/201g) já aderiram a este programa, certamente com o apoio da ANMP: Segundo dados de "*Índice de Saúde Sustentável/NOVA-IMS a 06/03/2018*" a percentagem de portugueses que deixaram de comprar medicamentos prescritos pelo médico, por falta de dinheiro, foi, em 2017 de 10,8%.

Tem variadas vezes a atual executiva camarário, afirmado; não, duvidamos que com toda a justeza; o seu grande empenhamento na melhoria das condições de vida dos nossos munícipes de mais reduzidos recursos.

Pelo exposto, MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) propõe que a Assembleia Municipal de Alpiarça reunida em sessão ordinária em 30 de Abril de 2018, aprove:

Recomendar que a Câmara Municipal de Alpiarça, desenvolva as diligências necessárias para, no âmbito da parceria estabelecida entre a ANMP e a Associação Dignidade, seja implementado no nosso Município o Programa *abem*-Rede Solidária do Medicamento."

--- VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO:

--- Aprovada por maioria, com a seguinte votação: oito abstenções da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), um voto a favor do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e sete votos a favor da bancada do Partido Socialista(PS).

--- O Sr. Deputado Armindo Batata fez a leitura e apresentação de uma segunda recomendação à Câmara Municipal de Alpiarça.

"RECOMENDAÇÃO N° 2/2018

Recomendação à Câmara Municipal- Alpiarça nos termos da alínea e) do n° 1 do Art. 59° e do n° 2 do Art. 20° do Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça

Quando se pensa no desenvolvimento de Alpiarça, que é uma obrigação de todos nós, são bastantes os temas que nos surgem como merecedores de alguma reflexão, ou mesmo de algum estudo.

Nas Armas de Alpiarça, são visíveis, em contra-chefe, uma faixa de azul, carregada de três peixes de prata. Por onde andam estes peixes?. Era nossa convicção recente que já não existiam mas, quem quiser ir até ao açude do Carril e por lá ficar um bocado nos meses de Março e Abril, e certamente que também em Fevereiro e Maio, vai vê-los a chocarem na parede, numa tentativa vã de transpor o açude. São às centenas, porque dizer milhares poderia parecer estultícia.

É nossa convicção que não se desenvolve Alpiarça com ideias avulsas, mas certamente que merece a pena refletirmos um pouco sobre a assunto.

Alpiarça necessita urgentemente de âncoras para o desenvolvimento;

A Vala de Alpiarça está cada vez mais despoluída e não será difícil resolver um ou outro foco poluidor;

A Vala, desde o Carril até à ponte do Casal Branco ou mesmo do Tôco, permitiria imensos. pesqueiros,

Então, porque não construir no açude do Carril uma escada ou rampa de peixes, para a transposição das espécies que vão tentando sobreviver? É simples e mais barato do que foi subir o coroamento do açude (tinha sido uma excelente ocasião para abordar a transposição de peixes).

A coligação que presentemente preside aos destinos de Alpiarça, contém em si mesma, um parceiro vocacionado para essas áreas ambientais, pelo que é totalmente descabido, para já, adiantar as propostas técnicas do nosso parceiro MPT.

Pelo exposto, MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) propõe que a Assembleia Municipal de Alpiarça reunida em sessão ordinária em 30 de Abril de 2018, aprove:

Recomendar que a Câmara Municipal de Alpiarça, proceda aos estudos e diligências necessárias, para construir, na próxima estiagem, com recursos próprios ou exclusivamente locais, um sistema para a transposição de peixes no açude do Carril. Esta modesta obra criaria condições para o repovoamento piscícola a montante, potenciando o aproveitamento turístico, desportivo e lúdico de um importante troço da vala de Alpiarça, com consequências muito benéficas para a atividade comercial da vila, em consequência da proximidade.”

--- **VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO:**

--- Aprovada por maioria, com a seguinte votação: seis abstenções e dois votos a favor

da bancada da CDU-Coligação Democrática e Unitária-(PCP/PEV), um voto a favor do MUDA ALPIARÇA-(PPD/PSD.CDS-PP.MPT) e sete votos a favor da bancada do Partido Socialista(PS).

--- O Sr. Presidente da Assembleia em declaração de voto, disse que votou a favor desta recomendação porque a subida dos peixes vala acima sempre foi uma preocupação sua, entende que esta recomendação se destina a alertar o executivo para esta situação.

--- O Sr. Deputado Júlio Pratas fez a leitura e apresentação de um voto de pesar pela morte de Vasco d'Aguiar.

--- O Sr. Deputado Joaquim do Céu sugeriu que constasse do voto de pesar que o signatário foi dirigente sindical, o que foi aceite.

--- A redação final foi a seguinte:

--- **”VOTO DE PESAR**

Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, faleceu no passado dia 6 de Março, aos 63 anos. Natural de Lisboa, Vasco Aguiar adotou Alpiarça, concelho que escolheu para viver e onde residiu grande parte da sua vida.

Ainda jovem, destacou-se na luta contra o fascismo, participando ativamente em ações contra os governos do regime ditatorial, intervindo em diversas iniciativas de luta pela liberdade e democracia. Numa dessas ações chegou mesmo a ser preso pela Pide/DGS. A prisão não o amedrontou, antes pelo contrário, deu-lhe mais força para continuar a lutar por uma vida melhor e em liberdade para todos.

Já em Alpiarça, cedo se destaca como dirigente associativo, muito ligado à cultura.

Foi presidente do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça.

Foi diretor da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro durante muitos anos, ligado a várias secções, entre as quais a secção cultural.

Esteve também associado ao aparecimento e desenvolvimento da patinagem de velocidade em Alpiarça , tendo participado na criação da respetiva secção, na SFA 1º Dezembro.

Membro do Partido Comunista Português e ativista da Coligação Democrática Unitária, destacou-se como Dirigente Sindical, e foi eleito na Assembleia Municipal de Alpiarça, entre 2001 e 2005, pelas listas da CDU.

Foi responsável pelos serviços administrativos do Centro de Saúde de Alpiarça e,

posteriormente veio a desempenhar o mesmo cargo no Centro de Saúde de Almeirim, para onde foi transferido e exerceu até à aposentação.

Assim:

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 30 de Abril de 2018, manifesta o mais profundo pesar pelo seu falecimento, e endereça aos seus familiares, as mais sentidas condolências.”

--- **VOTAÇÃO DESTE VOTO DE PESAR.**

--- Aprovado por unanimidade.

--- A Sr.ª Deputada Fernanda Cardigo fez a leitura e apresentação de um voto de pesar pela morte de António Luís Bento Sardinheiro.

--- O Sr. Deputado Filipe Nunes propôs uma pequena correção ao texto, que foi aceite pela proponente.

--- A redação final foi a seguinte:

“VOTO DE PESAR

António Luís Bento Sardinheiro faleceu no passado dia 17 de Abril.

Foi um cidadão que, nas suas diversas facetas, sempre foi considerado pelos alpiarcenses pelo seu modo de estar na vida.

Na comunidade alpiarcense teve intervenção cívica em diversas vertentes, particularmente no âmbito do movimento cooperativo e associativo, sendo um dos organizadores da Mini Volta a Portugal em Cicloturismo, que teve a sua criação em Alpiarça.

Como comerciante e contabilista, pela sua competência profissional e trato, foi estimado pelos seus pares e pelos seus clientes.

Também se pautou pela defesa dos valores e princípios democráticos, vindo a ser eleito presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça nas eleições de 1979, tendo desempenhado o cargo até 1983, numa época em que o Poder Local Democrático dava importantes passos na sua consolidação.

A Assembleia Municipal de Alpiarça reunida em sessão ordinária a 30 de Abril de 2018, certa que interpreta o sentimento dos alpiarcenses, manifesta o seu profundo pesar e endereça à viúva, filha e netos de António Luís Bento Sardinheiro, assim como aos restantes familiares, as mais sentidas condolências.”

--- **VOTAÇÃO DESTE VOTO DE PESAR**

--- Aprovado por unanimidade.

--- A Sr.^a Deputada Anabela Costa fez a leitura e apresentação de uma Moção de Saudação ao 1.º de Maio.

--- Os senhores deputados Armindo Batata, Carlos Marques, Fernanda Garnel e Ana Marques propuseram pequenas alterações à redação que foram aceites pela proponente.

--- A redação final foi a seguinte:

”SAUDAÇÃO AO DE 1º MAIO

A Bancada da CDU da Assembleia Municipal de Alpiarça, saúda calorosamente todos os trabalhadores e trabalhadoras que ao longo de décadas comemoram e homenageiam a luta heroica que os nossos antepassados travaram em inúmeras batalhas, ao longo de muitas décadas, para conquista dos seus direitos e dignidade do trabalho.

Saudamos a luta dos trabalhadores pelo direito ao emprego com direitos, contra os baixos salários, contra as alterações à legislação laboral, desfavoráveis aos trabalhadores, contra a precariedade e o desemprego, contra os salários em atraso, com a certeza de que, lutando pelos seus direitos e interesses, é lutar por Abril e pelas suas conquistas.

Saudamos a luta dos trabalhadores enquanto instrumento de ação essencial para conquistar um futuro de desenvolvimento, progresso, liberdade e justiça social para o nosso País.

Passados 44 anos da comemoração em Portugal do primeiro 1º de Maio – Dia do Trabalhador em liberdade, a luta pelo direito ao trabalho com dignidade é mais presente que nunca, saudamos todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutam permanentemente por mais e melhores condições laborais.

--- **VOTAÇÃO DA MOÇÃO**

--- Aprovada por unanimidade.

--- A Sr.^a Deputada Fernanda Garnel fez a leitura e apresentação de uma Moção sobre o 44.º Aniversário do 25 de Abril.

--- **“MOÇÃO PELO 44.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL**

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

As comemorações da Revolução de Abril serão sempre um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.”

--- **VOTAÇÃO DA MOÇÃO**

--- Aprovada por unanimidade.

--- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO**

--- Não se registaram intervenções neste período.

--- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, era um hora e vinte e dois minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

-----Presidente _____

-----1º Secretário _____

-----2º Secretário _____